

ÍNDICE

Resumo	11
Abstract	13
Prefácio	15
Nota prévia.....	19
Lista de abreviaturas	21

CAPÍTULO I - Introdução

1. Enquadramento geral.....	25
2. A importância do tema	29
3. A estrutura do trabalho.....	30

CAPÍTULO II - O conceito de estabelecimento estável

1. Noções prévias	35
2. O conceito previsto no MC OCDE e na legislação portuguesa ..	37
2.1. O estabelecimento estável “material”	42
2.2. O estabelecimento estável “pessoal”	50
3. O estabelecimento estável e o comércio eletrónico (<i>e-commerce</i>)	54
4. O estabelecimento estável e as “prestações de serviços”	59
5. O estabelecimento estável como critério de conexão	64
6. Os estabelecimentos estáveis <i>versus</i> subsidiárias (filiais).....	73

**CAPÍTULO III - As consequências tributárias decorrentes
da existência de estabelecimentos estáveis**

1. Enquadramento geral.....	79
2. A repartição do direito à tributação.....	83
3. As regras básicas para a repartição do poder tributário.....	87
4. O princípio da “força da atração”.....	91
5. Outros rendimentos dos estabelecimentos estáveis.....	94
5.1. Os dividendos.....	95
5.2. Os juros.....	96
5.3. Os <i>royalties</i>	97
5.4. As outras espécies de rendimentos.....	98
6. Os métodos para o cálculo dos lucros e determinação das despesas.....	99
6.1. O método direto na imputação de lucros.....	100
6.2. O método direto na imputação de despesas.....	101
6.3. A utilização excecional do método indireto na imputação das despesas.....	103
6.4. A continuidade e consistência na atribuição de lucros.....	104
7. As relações entre o estabelecimento estável e a sociedade (matriz) residente no estrangeiro.....	106
7.1. A retenção na fonte.....	115
7.2. A responsabilidade pelas dívidas.....	117
8. A dupla tributação internacional.....	120
8.1. Os métodos para a eliminação da dupla tributação do rendimento.....	121
8.2. Os métodos para a eliminação da dupla tributação e o estabelecimento estável.....	125
8.3. O método para a eliminação da dupla tributação adotado por Portugal.....	126
9. O princípio da não discriminação aos estabelecimentos estáveis no MC OCDE.....	128

10. O uso indevido do conceito de estabelecimento estável no MC OCDE.....	130
11. Sociedade portuguesa com estabelecimento estável no estrangeiro.....	134
11.1. A imputação do resultado do estabelecimento estável.....	137
11.2. O desfasamento entre as regras fiscais nos dois Estados.....	142
11.3. A derrama sobre o lucro tributável.....	145
11.4. O caso especial das “tributações autónomas”.....	148
11.5. A alienação do estabelecimento estável e o eventual reinvestimento.....	153
12. Sociedade não residente com estabelecimento estável em Portugal.....	155
12.1. O lucro tributável.....	156
12.2. Os encargos gerais de administração.....	157

**CAPÍTULO IV – O estabelecimento estável
no Direito da União Europeia**

1. Enquadramento.....	165
2. As normas nacionais à luz do Direito da UE.....	166
3. O princípio da não discriminação e a jurisprudência do TJUE.....	172

CAPÍTULO V – Conclusões.....181

BIBLIOGRAFIA.....191

Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia196

**Principais *sites* acedidos no período de 05/09/2010
a 03/05/2011.....198**